

Sumário

CAPÍTULO I ► CONCEITOS ESSENCIAIS	21
1. Tutela coletiva e meios de solução coletiva de conflitos.....	21
2. Ação coletiva e processo coletivo.....	22
2.1. Situações limítrofes.....	23
3. Classificações doutrinárias.....	24
3.1. Processo coletivo comum e processo coletivo especial.....	24
3.2. Tutela coletiva pela via principal e tutela coletiva pela via incidental.....	24
3.3. Tutela metaindividual (transindividual) e tutela pluri-individual.....	25
3.4. Técnicas individuais de repercussão coletiva e técnicas coletivas de repercussão individual.....	25
3.5. Coletivização parcial e coletivização total	26
3.6. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos.....	26
CAPÍTULO II ► ORIGEM DA TUTELA COLETIVA.....	27
1. Origem remota.....	27
2. Origem próxima	28
CAPÍTULO III ► LEGISLAÇÃO NO BRASIL	29
1. Evolução legislativa	29
2. Microssistema de tutela coletiva	34
CAPÍTULO IV ► PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO.....	37
1. Acesso à justiça	37
2. Universalidade da jurisdição	38
3. Isonomia	38
4. Segurança jurídica	39
5. Economia processual.....	39
6. Devido processo legal coletivo	40
7. Primazia do mérito ou continuidade da ação coletiva	40
8. Disponibilidade motivada (da ação e dos recursos)	40
9. Não taxatividade.....	44

10. Atipicidade, máxima amplitude ou absoluta instrumentalidade	48
11. Obrigatoriedade temperada ou mitigada (indisponibilidade).....	51
12. Discricionariedade controlada	51
13. Obrigatoriedade da execução	51
14. Prevalência da execução dos prejuízos individuais	53
15. Participação	53
16. Publicidade	53
17. Ampla divulgação ou adequada notificação dos membros do grupo.....	54
18. Informação aos legitimados	54
19. Máximo benefício ou regime jurídico <i>in utilibus</i>	56
20. Reparação integral do dano	56
21. Máxima efetividade, predominância dos aspectos inquisitivos ou ativismo judicial	57
22. Competência adequada	58
23. Aplicação integrada das normas.....	58
CAPÍTULO V ► DIREITOS E INTERESSES	59
1. Terminologia.....	59
1.1. Interesse material e interesse processual.....	59
1.2. Interesse privado, interesse social, interesse geral e interesse público.....	59
1.3. Interesses ou direitos coletivos?	60
2. Classificação.....	62
2.1. Direitos difusos	64
2.2. Direitos coletivos.....	65
2.3. Direitos individuais homogêneos	67
2.4. Direitos individuais indisponíveis.....	70
2.5. Quadro síntese	72
3. Direitos essencialmente coletivos e direitos acidentalmente coletivos.....	74
4. Objetos específicos	74
4.1. Ação popular	74
4.2. Ação de improbidade administrativa.....	76
4.3. Mandado de segurança coletivo	79
4.4. Mandado de injunção coletivo	80

CAPÍTULO VI ► CONFLITOS COLETIVOS.....	83
1. Classificação.....	83
1.1. Litígios transindividuais de difusão global.....	84
1.2. Litígios transindividuais de difusão local.....	84
1.3. Litígios transindividuais de difusão irradiada.....	85
1.4. Quadro síntese.....	86
CAPÍTULO VII ► LEGITIMIDADE.....	87
1. Natureza.....	87
2. Legitimados ativos.....	90
2.1. Ação civil pública.....	90
2.1.1. Ministério Público.....	91
2.1.2. Defensoria Pública.....	98
2.1.3. Administração Pública.....	104
2.1.4. Associações.....	105
2.1.5. Sindicatos.....	118
2.1.6. Partidos políticos.....	120
2.1.7. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	120
2.1.8. Cooperativas.....	122
2.1.9. Comunidades indígenas.....	122
2.2. Ação popular.....	124
2.3. Ação de improbidade administrativa.....	128
2.4. Mandado de segurança coletivo.....	131
2.5. Mandado de injunção coletivo.....	137
3. Legitimados passivos.....	138
3.1. Ação civil pública.....	138
3.2. Ação popular.....	138
3.3. Ação de improbidade administrativa.....	139
3.4. Mandado de segurança coletivo.....	140
3.5. Mandado de injunção coletivo.....	142
4. Legitimidade bifronte.....	142
5. Representatividade adequada.....	145
6. Legitimidade extraordinária convencional.....	146
7. Quadro síntese.....	147
CAPÍTULO VIII ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÕES.....	149
1. Litisconsórcio.....	149
2. Intervenção do indivíduo.....	152

3. Intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	155
4. Intervenção de terceiros.....	158
CAPÍTULO XI ► COMPETÊNCIA	161
1. Competência de Justiça	161
2. Competência de foro.....	162
2.1. Ação civil pública.....	162
2.2. Ação popular.....	166
2.3. Ação de improbidade administrativa.....	168
2.4. Mandado de segurança coletivo	169
2.5. Quadro síntese	170
3. Competência de juízo.....	170
CAPÍTULO X ► RELAÇÃO ENTRE AÇÕES.....	177
1. Relação entre ações coletivas.....	177
2. Relação entre ação coletiva e ações individuais	183
2.1. Ação individual anterior à ação coletiva.....	184
2.2. Ação coletiva anterior à ação individual.....	188
2.3. Quadro síntese	190
CAPÍTULO XI ► SENTENÇA E COISA JULGADA	191
1. Sentença coletiva.....	191
1.1. Direitos difusos e coletivos.....	191
1.2. Direitos individuais homogêneos	195
2. Coisa julgada.....	198
2.1. Limites objetivos	198
2.2. Limites subjetivos.....	199
2.3. Limites territoriais.....	201
2.4. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	207
2.5. Coisa julgada <i>secundum eventum litis in utilibus</i>	209
3. Transporte <i>in utilibus</i>	210
4. Coisa julgada coletiva penal	211
CAPÍTULO XII ► MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	213
1. Recursos.....	213
1.1. Cabimento	213
1.2. Legitimidade.....	215
1.3. Interesse.....	216

1.4. Tempestividade	216
1.5. Desistência e renúncia	217
1.6. Efeito suspensivo	218
2. Remessa necessária	219
3. Requerimento de suspensão da decisão	223
CAPÍTULO XIII ▶ LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO	227
1. Direitos transindividuais.....	227
2. Direitos individuais homogêneos	228
3. Modalidades de execução	229
3.1. Execução coletiva	230
3.2. Execução individual.....	232
3.3. Execução pseudocoletiva	234
4. Meios executivos	238
5. Execução provisória.....	242
6. Execução negociada	242
CAPÍTULO XIV ▶ TEMAS PECULIARES DO PROCESSO COLETIVO	245
1. Despesas processuais	245
2. Tutela provisória.....	255
2.1. Indisponibilidade de bens	258
3. Ação coletiva passiva	259
4. Controle de constitucionalidade	261
4.1. Controle de políticas públicas	262
5. Processos estruturantes.....	267
6. Acordos.....	269
6.1. Improbidade administrativa	271
7. Negócios jurídicos processuais	276
8. Ônus da prova	277
9. Peculiaridades procedimentais.....	279
9.1. Emenda da petição inicial	279
9.2. Reconvencção	279
9.3. Ação popular.....	281
9.4. Ação de improbidade administrativa.....	282
10. Prescrição	284
11. Decadência.....	295
12. Dano moral coletivo	296

CAPÍTULO XV ► INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS	301
1. Procedimentos instrutórios	301
1.1. Inquérito civil	302
1.1.1. Instauração	308
1.1.2. Instrução	311
1.1.3. Conclusão.....	312
2. Recomendação	315
3. Compromisso de ajustamento de conduta	318
3.1. Termo de ajustamento de conduta	322
4. Mediação e arbitragem	327
BIBLIOGRAFIA.....	329